

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.196.171 - SP (2017/0281145-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO MARCO BUZZI**  
**AGRAVANTE** : **JOÃO DE OLIVEIRA JÚNIOR**  
**ADVOGADOS** : **JOSÉ RICARDO BRITO DO NASCIMENTO E OUTRO(S)** -  
SP205450  
VERA SVIAGHIN - SP088418  
**AGRAVADO** : **CONSORCIO NACIONAL LITORAL S/C LTDA - MASSA FALIDA**  
**ADVOGADOS** : **RICARDO SIQUEIRA SALLES DOS SANTOS E OUTRO(S)** -  
SP140600  
TÁRCIO CABALEIRO COUTINHO - SP105039  
**INTERES.** : **RODRIGO DE OLIVEIRA MORAIS**  
**INTERES.** : **J OLIVEIRA COMISSÁRIA DE DESPACHOS LTDA**

**DECISÃO**

Cuida-se de agravo em recurso especial interposto por JOÃO DE OLIVEIRA JÚNIOR contra decisão que negou seguimento ao recurso especial, fundado nas alíneas *a* e *c* do inciso III do art. 105 da Constituição Federal, em desafio a acórdão prolatado pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado (e-STJ, fl. 406):

ACÇÃO MONITÓRIA - CONSTITUIÇÃO DO TÍTULO EXECUTIVO JUDICIAL - FASE DE EXECUÇÃO - OBJEÇÃO DE PRESCRIÇÃO - IMPOSSIBILIDADE DE DEDUÇÃO DO TEMA - FASE DE CUMPRIMENTO - SENTENÇA QUE PASSOU LIVREMENTE EM JULGADO - EFICÁCIA PRECLUSIVA DA COISA JULGADA, DA QUAL NÃO ESTÁ IMUNE O SÓCIO, QUE PASSOU. A INTEGRAR A LIDE EM RAZÃO DA DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA - GRATUIDADE DE JUSTIÇA DEFERIDA AO SÓCIO-EXECUTADO.

Opostos embargos de declaração, esses foram rejeitados (e-STJ, fls. 439-444).

Nas razões do especial (e-STJ, fls. 447-463), a parte recorrente sustentou violação aos seguintes dispositivos:

- a) art. 239 do Código de Processo Civil, alegando nulidade da citação;
- b) art. 193 do Código Civil, defendendo a prescrição do crédito discutido.

Sem contrarrazões.

Em sede de juízo provisório de admissibilidade, o Tribunal local negou seguimento ao recurso especial, o que ensejou o manejo do presente agravo, buscando destrancar o processamento daquela insurgência.

Sem contraminuta.

É o relatório.

Decido.

O presente recurso não merece prosperar.

1. Inicialmente, no que diz respeito à alegada ofensa ao art. 239 do CPC/15 e à suposta nulidade da citação, a parte alega que *"ainda que na ocasião o ora recorrente*

*tenha recebido e assinado o mandado citatório, apresentado pelo Sr. Oficial de Justiça, tal ato é nulo, vez que a pessoa jurídica se encontrava encerrada".*

Acerca desse tema, a Corte estadual asseverou que a citação foi válida, nos seguintes termos (fl. 443):

Não subsiste a alegada nulidade da citação, ocorrida antes do arquivamento do distrato social na junta comercial.

**Houve citação real, por mandado, recebido e assinado, sem ressalvas, pelo sócio João de Oliveira Jr., conforme certidão de fls. 24vº. Quatro anos depois, em aclaratórios opostos contra o acórdão que rejeitou objeção de pré-executividade oferecida pelos sócios, aquele mesmo sócio que recebeu sem ressalvas o mandado citatório na sede da empresa, alega nulidade da citação.**

Trata-se de **evidente ofensa ao princípio da lealdade processual**, que proíbe o comportamento contraditório, regra esta que rege o sistema das invalidades processuais.

Assim, para acolher a tese de que a empresa jurídica encontrava-se encerrada e reconhecer a nulidade da citação seria necessário derruir a afirmação contida no *decisum* atacado, o que, forçosamente, ensejaria em rediscussão de matéria fática, incidindo, na espécie, o óbice da Súmula n. 7 deste Superior Tribunal de Justiça, sendo manifesto o descabimento do recurso especial.

A propósito:

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL - AÇÃO MONITÓRIA - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO.

INSURGÊNCIA RECURSAL DA AGRAVANTE.

**1. Inviabilidade de se aferir, na presente esfera recursal, a ocorrência de suposta nulidade de citação, rechaçada pela Corte de origem com amparo nos elementos fático-probatórios constantes dos autos, ante o óbice contido na Súmula 7/STJ.**

(...)

3. Agravo interno desprovido.

(AgInt no REsp 1823384/MA, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 29/10/2019, DJe 12/11/2019)

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. IMPUGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. NULIDADE DE CITAÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. NECESSIDADE DE REEXAME DO ACERVO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. TEORIA DA APARÊNCIA. ACÓRDÃO EM HARMONIA COM A JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE. SÚMULA 83/STJ. DISSÍDIO PREJUDICADO. FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO RECORRIDO NÃO IMPUGNADOS NAS RAZÕES DO RECURSO ESPECIAL. APLICAÇÃO DA SÚMULA 283/STF. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

(...)

**2. A revisão da conclusão estadual - acerca da validade da citação efetuada - demandaria o revolvimento do acervo fático-probatório dos autos, providência inviável no âmbito do recurso especial, ante o óbice da Súmula 7/STJ.**

3. Ausência de impugnação a fundamento constante do acórdão estadual.

Súmula 283/STF. 4. Razões recursais insuficientes para a revisão do julgado.

5. Agravo interno desprovido.

(AgInt no REsp 1795945/SP, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 17/06/2019, DJe 25/06/2019)

**2.** Registre-se que, consoante iterativa jurisprudência desta Corte, a incidência da Súmula 7 do STJ é óbice também para a análise do dissídio jurisprudencial, o que impede o conhecimento do recurso pela alínea c do permissivo constitucional.

Nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE DESPEJO. ALEGAÇÃO DE EXISTÊNCIA DE CONTRATO VERBAL DE LOCAÇÃO. NÃO COMPROVAÇÃO. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO COMPROVADO. AGRAVO IMPROVIDO.

(...)

**2. A incidência da Súmula 7 do STJ é óbice também para a análise do dissídio jurisprudencial, o que impede o conhecimento do recurso pela alínea c do permissivo constitucional. Precedentes.**

3. Agravo regimental improvido.

(AgRg no AREsp 834.644/DF, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 17/03/2016, DJe 12/04/2016)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. REEXAME DE FATOS E PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. PREJUDICADO. SÚMULA 7 DO STJ.

1. Ação de indenização por danos materiais e morais.

2. O reexame de fatos e provas não é possível na via especial, devido ao óbice da Súmula 7 desta Corte.

**3. A incidência da Súmula 7 do STJ prejudica a análise do dissídio jurisprudencial pretendido.**

4. Agravo interno no agravo em recurso especial não provido.

(AgInt no AREsp 1423333/SC, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 29/04/2019, DJe 02/05/2019)

**3.** Constata-se da leitura do acórdão recorrido que o Tribunal de origem – apesar de opostos os embargos declaratórios pela parte agravante – não decidiu acerca do art. 193 do Código Civil (prescrição), de modo a viabilizar o requisito do prequestionamento, indispensável ao conhecimento do recurso especial.

Com efeito, o conteúdo normativo do art. 139 do Código Civil não foi objeto de apreciação pelo Tribunal de origem. Não houve debate, no acórdão, sobre o crédito estar ou

não prescrito, porquanto a Corte reconheceu preclusão da matéria.

Cabe ressaltar que o prequestionamento, entendido como a necessidade de o tema objeto do recurso haver sido examinado pela decisão atacada, não sendo suficiente para a sua configuração a mera indicação pela parte do dispositivo legal que entende afrontado, constitui exigência inafastável contida na própria previsão constitucional ao tratar do recurso especial, impondo-se como um dos principais pressupostos ao seu conhecimento.

Dessa forma, não examinada pela instância ordinária a matéria objeto do especial, ausente o prequestionamento. Incide, portanto, o enunciado 211 de Súmula do Superior Tribunal de Justiça.

A propósito:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL - AUTOS DE AGRAVO DE INSTRUMENTO NA ORIGEM - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE DEU PROVIMENTO AO AGRAVO INTERNO DA PARTE ADVERSA, RECONSIDEROU DELIBERAÇÃO ANTERIOR E, DE PLANO, NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO - INSURGÊNCIA RECURSAL DA AGRAVADA.

**1. A ausência de enfrentamento da matéria objeto da controvérsia pelo Tribunal de origem impede o acesso à instância especial, porquanto não preenchido o requisito constitucional do prequestionamento. Incidência da Súmula 211 do STJ.** 1.1. Ademais, esta Corte admite o prequestionamento implícito dos dispositivos tidos por violados, desde que as teses debatidas no apelo nobre sejam expressamente discutidas no Tribunal local, o que não ocorreu na hipótese. Precedentes.

(...)

3. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AgInt no REsp 1294929/SP, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 08/11/2018, DJe 14/11/2018)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COBRANÇA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. NÃO OCORRÊNCIA. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA 211/STJ. CONSONÂNCIA ENTRE O ACÓRDÃO RECORRIDO E A JURISPRUDÊNCIA DO STJ. DESERÇÃO. ART. 511 DO CPC/73.

1. Ação de cobrança devido ao pagamento de sobreestadia, na qual pleiteia o pagamento da quantia de R\$ 9.782,82 (nove mil, setecentos e oitenta e dois reais e oitenta e dois centavos).

2. Ausentes os vícios do art. 535 do CPC/73, rejeitam-se os embargos de declaração.

**3. A ausência de decisão acerca dos dispositivos legais indicados como violados, não obstante a interposição de embargos de declaração, impede o conhecimento do recurso especial.**

(...)

5. Agravo interno no agravo em recurso especial não provido.

(AgInt no AREsp 1161758/SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 25/03/2019, DJe 27/03/2019)

**4. Do exposto, com fundamento no art. 932 do Novo Código de Processo Civil**

# *Superior Tribunal de Justiça*

c/c Súmula 568/STJ, **nego provimento** ao agravo em recurso especial.  
Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI  
Relator